

MERIDIANO 47



INSTITUTO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 1518-1219

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais

Nº 68

Março – 2006

S U M Á R I O

- 2 | *O relacionamento bilateral entre o Brasil e a África do Sul no contexto do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul*

Carlos Ribeiro Santana

- 4 | *Problemas conjunturais e estruturais da integração na América do Sul: a trajetória do Mercosul desde suas origens até 2006*

Paulo Roberto de Almeida

- 10 | *Implicações da militância islâmica iraniana para o Mundo Árabe*

Sivia Feraboli

- 12 | *O retorno ao equilíbrio do terror atômico*

Virgílio Arraes

- 14 | *A evolução recente dos estudos e dos programas de pós-graduação em Relações Internacionais no Brasil*

Antônio Carlos Lessa

RESENHA

- 17 | *Idéias de Europa: que fronteiras?*

Thiago Gehre Galvão

O relacionamento bilateral entre o Brasil e a África do Sul no contexto do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul

Carlos Ribeiro Santana*

Grosso modo, Brasil e África do Sul constituem dois países muito parecidos. Ambos são “países-baleia” – Estados com grande expansão territorial e amplos mercados internos – com economias pujantes e grande relevância em seus continentes. Cumpre lembrar também a semelhança entre suas populações, compostas por sociedades multiétnicas e com grande diversidade cultural, e as similaridades econômicas e tecnológicas entre os dois países, sendo a África do Sul o principal parceiro do Brasil no continente africano, ao absorver cerca de 25% das exportações nacionais para aquela região.

O relacionamento bilateral entre os dois países remonta à independência da África do Sul, no início do século XX. Com efeito, em 1918, foi aberto o primeiro Consulado de carreira do Brasil na Cidade do Cabo. O primeiro Cônsul brasileiro assumiu em 1926 com o objetivo de estreitar as relações comerciais e ampliar o intercâmbio cultural, feito de forma irregular e favorável ao Brasil. Em 1939, no contexto da Segunda Guerra Mundial, quando ambos os países lutaram ao lado dos aliados contra o Eixo, foi assinado o primeiro acordo comercial, tendo em vista a intensificação dos fluxos de comércio. Em 1943, por sua vez, a África do Sul abriu um Consulado no Rio de Janeiro. O fato antecipava o adensamento das relações bilaterais, que ocorreria com a troca de Embaixadas entre 1947-48.

Todavia, mesmo com troca de Embaixadas, o relacionamento bilateral ainda estava longe de alcançar a plenitude, dada a política de *Apartheid* sul-africana, incompatível com a retórica oficial brasileira de democracia racial, e o intercâmbio comercial reduzido.

Contribuíra ainda para o distanciamento entre os dois países a anexação da Namíbia pela África do Sul em 1946, que ia de encontro aos princípios de autodeterminação e soberania dos povos, tão caros ao acumulado histórico da diplomacia brasileira. Convém ressaltar que, não obstante os pontos enumerados, a África do Sul empenhou-se em aproximar-se da América Latina, mormente de países como Argentina, Brasil e Chile, de modo a evitar o isolamento internacional após a Segunda Guerra Mundial.

Na década de 1970, com o processo de universalismo da política externa levado a cabo por Geisel, o Brasil procurou libertar-se de limitações impostas pela associação ao colonialismo português e ao separatismo sul-africano, que obstruíam o acesso às ex-colônias africanas recém-independentes. Na década seguinte, as pressões internacionais sobre o regime separatista sul-africano foram acompanhadas pelo esfriamento das relações bilaterais devido à condenação brasileira à agressão a Angola e conseqüente apoio à UNITA pela África do Sul. Nesse contexto, o Brasil estabeleceu o isolamento oficial daquele país, proibindo o intercâmbio cultural e esportivo e o comércio de armas com a África do Sul, bem como criticou nas Nações Unidas o regime do *Apartheid*, alvo de críticas na Organização desde 1960. Com efeito, o fim dessa política segregacionista contribuiu sobremaneira para o recrudescimento do relacionamento bilateral.

O reconhecimento da nova realidade sul-africana ocorreu na década de 1990 com a reabertura do Consulado na Cidade do Cabo. Durante o período, esse país ocupou, ao lado de Moçambique e Angola,

* Diplomata e mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília. O presente artigo reflete apenas as opiniões pessoais do autor e não busca representar as posições oficiais do governo brasileiro.

papel de destaque na agenda de política externa para o continente africano, constituindo parceiro privilegiado tanto no plano multilateral quanto na esfera do comércio bilateral. Nesse contexto, em 1996, o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso realizou a primeira visita de um chefe de Estado brasileiro à África do Sul. A visita foi retribuída em 1998 por Nelson Mandela, que já havia estado no País em 1991, com o intuito de revigorar a cooperação Sul-Sul, e por Thabo Mbeki, em 2000.

Em 2003, o Presidente Lula visitou a África do Sul durante périplo por vários países africanos. Na ocasião, o Presidente apoiou a candidatura daquele país para sede da Copa do Mundo de futebol de 2012 e mencionou a necessidade de esforços comuns no sentido de fazer valer os interesses dos países em desenvolvimento, mormente no que diz respeito à reforma do comércio internacional e a consecução dos objetivos da Rodada de Doha.

Atualmente, a cooperação bilateral entre os dois países é bastante profícua e insere-se no âmbito do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS), iniciativa da diplomacia brasileira que representa associação de potências médias regionais com capacidade efetiva de influenciar o sistema internacional. O Fórum, criado em meados de 2003, resultou da identificação de ampla convergência de interesses entre a Índia, o Brasil e a África do Sul. Abrange cerca de um quarto da população mundial e tem agenda pragmática baseada na percepção de interesses comuns e em estratégia de negociação voltada para a cooperação Sul-Sul. Cabe mencionar ainda a atuação do Brasil e da África do Sul no G-20 – bloco liderado pelo País e em sintonia com os interesses reais de países em desenvolvimento –, criado durante a reunião ministerial da Organização Mundial do Comércio, em Cancun, em 2003. O bloco

busca a negociação em pé de igualdade com os países ricos na liberalização do comércio agrícola.

Em relação ao IBAS, sua primeira reunião trilateral teve lugar em Nova Deli, em março de 2004, e resultou em plano de ação que envolve temas tais como comércio, transporte, infra-estrutura, ciência e tecnologia, saúde, energia e educação. A segunda reunião, por sua vez, ocorreu em março de 2005, na Cidade do Cabo. A terceira reunião do IBAS, a qual ocorrerá no final de março de 2006, no Rio de Janeiro, buscará ensejar maior fôlego à vontade política que deu lugar à criação do Fórum em 2003. Em setembro próximo está prevista a Cúpula de Chefes de Estado do Fórum, a realizar-se em Brasília, palco de importantes reuniões do gênero, a exemplo das bem-sucedidas Cúpula dos Países da América do Sul-Países Árabes e 1ª Reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul-Americana de Nações em 2004 e 2005, respectivamente.

Por fim, é importante frisar que, além das semelhanças físicas, sociais e econômicas, Brasil e África do Sul compartilham princípios comuns, como, por exemplo, a defesa do multilateralismo, o combate aos subsídios agrícolas e a reforma do sistema das Nações Unidas. Ambos os países estão empenhados em promover a cooperação econômica, tecnológica, social e de saúde – a exemplo da experiência brasileira adquirida no campo da saúde pública, mormente no combate à SIDA –, bem como a intensificação dos laços comerciais. Dessa forma, não há como negar a existência de grandes oportunidades para que os dois países intensifiquem o relacionamento entre si à luz da cooperação bilateral ou no âmbito do IBAS, que abrange Estados decididos a promover os valores democráticos, tanto no âmbito interno quanto no cenário internacional, e engajados na luta contra a pobreza e a exclusão social.



Problemas conjunturais e estruturais da integração na América do Sul: a trajetória do Mercosul desde suas origens até 2006

Paulo Roberto de Almeida*

Depois de anos, ou décadas, de tentativas bem intencionadas, mas relativamente infrutuosas, para conformar um espaço econômico integrado na região, desde o início da antiga Alalc – Associação Latino-Americana de Livre-Comércio, derivada do primeiro tratado de Montevideu, de 1960 – até a atual Aladi – Associação Latino-Americana de Integração, constituída pelo segundo tratado de Montevideu, em 1980 –, o processo integracionista na América Latina ingressou numa fase de sub-regionalização, ou seja, de diluição em experimentos parciais e geograficamente mais limitados, o que foi seguido de características novas em suas modalidades operacionais. Afastando as linhas mais rígidas dos grandes projetos do passado, os países voltaram-se para esquemas mais graduais e flexíveis, com uma abordagem setorial e mais equilibrada dos principais eixos da integração.

Estas foram, em todo caso, as principais características do mais exitoso projeto de integração dos anos 1990, o Mercosul, que tinha começado por adotar aquela metodologia mais cautelosa em meados da década anterior, mais exatamente a partir de 1985, com os esquemas bilaterais conduzidos pelos novos regimes democráticos da Argentina e do Brasil. Um tratado bilateral de integração, de 1988, vinha coroar esse esforço de constituição de um mercado comum, em dez anos, pelo método dos acordos setoriais, ou protocolos de integração complementar, numa visão relativamente dirigista e administrada desse processo. No início dos anos 1990, entretanto, duas novas administrações mais comprometidas com uma visão liberal da economia e do mundo, decidiram acelerar

e aprofundar esse processo, julgado excessivamente cauteloso ou lento, ademais de submetido às limitações intrínsecas a cada setor objeto de acordos de complementação.

O novo esquema Brasil-Argentina de liberalização comercial e de construção do espaço integracionista, logo consagrado no esquema quadrilateral do Mercosul e o seu tratado de Assunção (março de 1991), passou a ser automático, geral e de características fundamentalmente livre-cambistas, em lugar do relativo “dirigismo” do esquema anterior, baseado nos protocolos setoriais. Os novos prazos de integração foram praticamente reduzidos pela metade – devendo-se alcançar a etapa do “mercado comum” até o início de 1995 –, mas as rebaixas automáticas de barreiras tarifárias deixaram ao sabor do mercado o que os estrategistas anteriores da integração sub-regional pensavam administrar segundo um processo gradual de especialização e de complementação produtiva.

Colocou-se, no mesmo momento – segundo semestre de 1990 –, a questão da possível adesão do Chile ao novo bloco de integração, que passou então a contar com as presenças do Paraguai e do Uruguai. Desde aquela época, porém, assim como em tentativas ulteriores de sua associação mais estreita ao Mercosul, o obstáculo básico a essa adesão do Chile ao esquema sub-regional reside na estrutura linear e única da tarifa comercial chilena, já então bem mais limitada em sua alíquota máxima – e descendente, a partir de apenas 11% — do que o leque tarifário que o Brasil e a Argentina pretendiam estabelecer como Tarifa Externa Comum.

* Diplomata de carreira e Doutor em Ciências Sociais. As opiniões expressas no presente texto são exclusivamente as de seu autor (pralmeida@mac.com).

A despeito de problemas conjunturais bastante graves que então marcavam os respectivos processos de estabilização macroeconômica no Brasil e na Argentina – esta recentemente saída de dois dramáticos surtos hiperinflacionários, aquele ainda batendo-se para eliminar a desindexação generalizada da sua economia –, a liberalização comercial pôde caminhar de forma mais ou menos rápida, abrindo espaço para um poderoso aumento do comércio bilateral, que não chegou, entretanto, a desviar os fluxos de terceiros países, uma vez que esse impulso correspondeu a um aumento generalizado das correntes de comércio em várias direções. Não obstante, não foram corrigidas algumas das chamadas “assimetrias estruturais” que conduziram o Brasil a uma crescente especialização industrial e a Argentina a uma ênfase nas indústrias ligadas ao setor primário de sua economia.

Numa primeira fase, a abundância dos investimentos internacionais, acoplada a processos de privatização e de desmonopolização em ambas as economias, permitiu ao Brasil e à Argentina sustentar o aprofundamento da integração comercial, ocorrendo mesmo investimentos recíprocos nos dois países. Movimentos cambiais diferenciados de um lado ou outro do rio da Prata também contribuíram

para manter os fluxos de comércio, sendo que o Brasil foi, praticamente, um dos únicos provedores de saldos comerciais para a Argentina, numa fase em que o Plano Cavallo de conversibilidade impunha uma paridade cambial fixa para o peso em relação ao dólar, o que diminuía bastante sua competitividade nos mercados internacionais.

O comércio dentro e fora do Mercosul cresceu bastante – inclusive o comércio intra-ramos e intra-firmas –, observando-se, em particular, a criação de uma “Brasil-dependência” na Argentina, uma vez que esta tinha no seu maior vizinho o destino para mais de um terço de suas exportações totais e um volume praticamente similar nas importações. A “bonança” dos superávits comerciais não pôde, contudo, sustentar-se durante muito tempo, uma vez que a Argentina entrou em uma fase de baixo crescimento no final dos anos 1990, situação ainda agravada pelo aumento dos déficits orçamentários, pela baixa na atração dos investimentos externos – e o conseqüente apelo a emissões importantes nos mercados financeiros internacionais – e pelos violentos tremores financeiros dessa época, que terminaram por atingir de modo dramático o Brasil.

Não é preciso dizer que, a despeito dos avanços logrados no comércio intra-regional, nunca se chegou

O que é o IBRI

O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI, organização não-governamental com finalidades culturais e sem fins lucrativos, tem a missão de ampliar o debate acerca das relações internacionais e dos desafios da inserção do Brasil no mundo. Fundado em 1954, no Rio de Janeiro, e transferido para Brasília, em 1993, o IBRI desempenha, desde as suas origens, importante papel na difusão dos temas atinentes às relações internacionais e à política exterior do Brasil, incentivando a realização de estudos e pesquisas, organizando foros de discussão, promovendo atividades de formação e atualização e mantendo programa de publicações, em cujo âmbito edita a *Revista Brasileira de Política Internacional* – RBPI.

Presidente de Honra: José Carlos Brandi Aleixo

Diretor Geral: José Flávio Sombra Saraiva

Diretoria: Antônio Carlos Lessa, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, João Paulo Peixoto, Pedro Motta Pinto Coelho.

Para conhecer as atividades do IBRI, visite a homepage em <http://www.ibri-rbpi.org.br>

a estabelecer o prometido “mercado comum”, assim como a união aduaneira, virtualmente existente a partir de 1995, comportava inúmeras exceções à Tarifa Externa Comum, sem mencionar os produtos ainda fora da zona de livre-comércio sub-regional, como o açúcar e a importante indústria automotiva, base, aliás, de grande parte do comércio bilateral entre o Brasil e a Argentina (que incluía ainda certo volume de fluxos administrados, como trigo e petróleo). Tampouco foi possível lograr a coordenação de políticas macroeconômicas e cambiais, inclusive porque a manutenção da paridade fixa do peso no caso argentino impedia qualquer exercício de fixação de alguma banda de flutuação com o novo real do Brasil.

O protocolo de Ouro Preto, assinado no final de 1994 para “completar” o tratado de Assunção, não criou instituições novas para administrar o processo de integração, nem estabeleceu mecanismos para facilitar a coordenação de políticas macroeconômicas ou para aprofundar a integração no plano microeconômico. A despeito da associação ao Mercosul, em 1996, do Chile e da Bolívia como parceiros da “zona de livre-comércio”, não se conseguiu avançar na prometida ampliação do espaço integracionista no âmbito sul-americano, que deveria comportar ainda os países membros da Comunidade Andina de Nações, cuja união aduaneira ostentava mais deficiências do que o próprio Mercosul. Por outro lado, a suposta “ameaça” da Alca – projeto arquitetado pelos EUA desde a conferência de Miami, em dezembro de 1994, para unificar numa mesma zona de livre-comércio todos os países do hemisfério até 2005 – fez com que os países do Mercosul desenvolvessem uma estratégia comercial basicamente defensiva, interrompendo-se os movimentos de abertura para dentro e para fora até que se pudessem negociar todos os compromissos de liberalização, inclusive nas áreas mais difíceis da agricultura (para os Estados Unidos) e dos serviços e dos investimentos (para o Brasil).

A moeda brasileira manteve-se numa banda relativamente estreita e alinhada ao dólar durante a primeira fase do processo de estabilização conduzido pela administração FHC entre 1995 e 1998, o que

levou a uma relativa valorização do real, ao agravamento dos déficits comerciais e aos já referidos saldos positivos acumulados pela Argentina no intercâmbio comercial bilateral durante todos esses anos. A partir de 1997, a sucessão de crises financeiras na Ásia, seguida pela moratória russa em agosto de 1998, conduziu ao primeiro programa de ajuda financeira por parte do FMI ao Brasil no final desse ano. O acordo então concluído – por um montante total de US\$ 41,5 bilhões – previa a continuidade da estabilidade cambial, a despeito de discretas pressões do FMI para a desvalorização do real, o que foi obtido de maneira mais espetacular em janeiro de 1999 quando da inauguração de um novo mandato para o presidente Cardoso.

Esta conjuntura representou também um choque para a Argentina e o início de uma fase crítica para o Mercosul que se prolonga, praticamente, até os nossos dias. Mesmo se os saldos comerciais favoráveis não desaparecem de todo, no seguimento imediato da crise do real, as condições de competitividade estrutural se alteraram de modo sensível, com perda de confiança na capacidade da economia argentina de recuperar-se e enfrentar os novos desafios do regime de flutuação da moeda brasileira. A Argentina ainda arrastou-se por dois anos na ficção do seu plano de conversibilidade, acumulando uma enorme dívida externa e sucessivos planos de ajuda com o FMI que apenas remediavam, sem resolver definitivamente, o que agora parecia uma crise terminal. Esta ocorreu no final de 2001, não sem antes obrigar o Brasil a negociar um segundo acordo de sustentação financeira com o FMI que, como o primeiro, teve função essencialmente preventiva.

Mais ainda do que na fase anterior (meados dos anos 1990), o Brasil passou a atrair investimentos nos setores industriais e de serviços, deixando a Argentina numa incômoda posição de “sócio menor”, o que provavelmente afetou o esquema de integração mais pelos seus efeitos propriamente “psicológicos” do que pelo real impacto nas correntes bilaterais de comércio. Tentativas de “coordenação macroeconômica”, de um lado, e ameaças de dolarização completa, de outro, não resolveram os problemas conjunturais do

Mercosul, que se viu mergulhado em profunda crise de identidade, ademais do próprio decréscimo brutal dos fluxos totais de comércio intra-regional nos primeiros anos da presente década.

O processo eleitoral no Brasil, no decorrer de 2002, aliás coincidente com mais uma pacote de ajuda do FMI – desta vez pela quantia historicamente inédita nos registros da instituição de Washington, de US\$ 30 bilhões –, e a transição política altamente volátil observada na Argentina durante esse período, não contribuíram para diminuir o clima de crise no Mercosul, a despeito das promessas da nova administração de Luís Inácio Lula da Silva de dar toda prioridade ao esquema sub-regional e de reconstruir a relação especial com a Argentina. Em especial na área industrial, os déficits setoriais começaram a se acumular, ameaçando inverter a bonança dos anos 90, o que efetivamente se consolidou a partir de 2003.

A Argentina começou a utilizar-se, de modo cada vez mais freqüente e sem a devida consulta bilateral, de mecanismos permitidos ou abusivos de defesa comercial, em especial salvaguardas unilaterais e processos de antidumping em vários setores ameaçados de “desindustrialização”. Não é preciso dizer que o setor automotivo nunca logrou conhecer o prometido livre-comércio. Uma violenta crise financeira no Uruguai e problemas persistentes no Paraguai também atuaram para conduzir o Mercosul a um estado de “anemia integracionista” jamais visto

em sua história. A despeito de uma volta ao crescimento dos fluxos intra-regionais de comércio a partir de 2003, sobretudo entre as duas grandes economias, permaneceram os desequilíbrios setoriais, motivando demandas por proteção por parte da União Industrial Argentina, geralmente atendidos pela nova administração de Nestor Kirchner.

A Argentina voltou a acreditar que o Brasil pretendia reduzi-la a um mero papel de fornecedor de produtos primários, reservando para si todas as cadeias de maior valor agregado, o que de certo modo era confirmado em quase todas as áreas, devido ao grande esforço de adaptação produtiva conduzida pela indústria brasileira no curso do processo de liberalização comercial dos anos 90 e, depois, em virtude dos novos ganhos de competitividade adquiridos a partir da desvalorização de 1999. As autoridades argentinas, ademais, acusavam repetidamente o Brasil de competição desleal na atração de investimentos, graças a incentivos fiscais que se somavam às economias de escala de um mercado quatro vezes superior ao da Argentina. Esse efeito pode ter ocorrido de forma concreta no setor automotivo, base essencial do comércio bilateral e poderoso fator de impulso ao crescimento dados seus efeitos em cadeia. Mas, tampouco pode ser descartada a razão da queda dos investimentos diretos estrangeiros na Argentina ao seu dramático rompimento com a comunidade financeira internacional e o tratamento duro que a administração

Sobre Meridiano 47

O *Boletim Meridiano 47* não traduz o pensamento de qualquer entidade governamental nem se filia a organizações ou movimentos partidários. *Meridiano 47* é uma publicação digital, distribuído exclusivamente em *RelNet – Rede Brasileira de Relações Internacionais* (www.relnet.com.br), iniciativa da qual o *IBRI* foi o primeiro parceiro de conteúdo. Para ler o formato digital, distribuído em formato PDF (*Portable Document Format*) e que pode ser livremente reproduzido, é necessário ter instalado em seu computador o software *Adobe Acrobat Reader*, versão 3.0 ou superior, que é descarregado gratuitamente em <http://www.adobe.com.br/>.

© 2000-2006 Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – Todos os direitos reservados. As opiniões expressas nos trabalhos aqui publicados são da exclusiva responsabilidade de seus autores.

Kirchner passou a conceder aos investidores já instalados no país.

O essencial dos desequilíbrios comerciais, contudo, se deu por incapacidade da indústria argentina de se modernizar rapidamente, levando ao que foi chamado de “invasão industrial brasileira”, evidente na linha branca – aparelhos eletrodomésticos – e em vários outros insumos industriais. Em 2004 a Argentina começou a pressionar pela adoção de um instrumento de salvaguardas automáticas, eufemisticamente caracterizado como sendo um “mecanismo de adaptação competitiva”, que ela pretendia implementar de maneira unilateral. Anteriormente, ela já tinha insistido numa espécie de “gatilho cambial”, que deveria produzir os mesmos efeitos a partir da desvalorização do real, o que foi contudo abandonado em face da persistente valorização da moeda brasileira em face do dólar a partir de 2003.

O crescimento persistente do comércio exterior brasileiro – que praticamente dobrou de 1995 a 2005 – também fez diminuir o peso e a importância do Mercosul no intercâmbio global do principal país da América do Sul, ao mesmo tempo em que novas oportunidades se abriam dentro e fora da região. Um acordo de associação do Peru ao Mercosul, em 2003, ademais de novos acordos de liberalização comercial com os demais sócios da CAN em 2004, ainda que pouco significativos em termos de aumento do volume de comércio no curto prazo, podem contribuir para a expansão comercial brasileira na América do Sul no futuro de médio prazo. Do lado argentino, o peso do Brasil continua determinante, o que configura novos motivos de preocupação para os industriais da nação platina.

No plano político, pode-se dizer que ambos os governos, brasileiro e argentino, desconfiam, bem mais que seus predecessores, das virtudes do livre-comércio, o que os levou a privilegiar, novamente, uma conformação integracionista baseada no velho método dos protocolos setoriais e das negociações de complementaridade recíproca. Finalmente, no início de 2006, ambos os países concluíam o tão ambicionado projeto argentino de um mecanismo de salvaguardas setoriais, recebido com entusiasmo

naquele país e com imensos reclamos por parte da indústria brasileira. Ainda no plano político, diversos outros projetos não comerciais foram impulsionados, com o apoio declarado do governo brasileiro, como a criação de um fundo “corretor” de assimetrias estruturais – a ser utilizado sobretudo pelos dois sócios menores, mas com maior volume de financiamento por parte do Brasil – e a instituição de um “parlamento” do Mercosul, considerado um aperfeiçoamento institucional. Não se voltou mais a falar de uma “moeda comum”, mas permanece viva a demanda por mecanismos de coordenação de políticas macroeconômicas, na prática tornados difíceis em virtude das diferenças operacionais entre os tipos de políticas seguidas em cada um dos países.

Permanecem as demandas pelo estabelecimento de “cadeias produtivas setoriais conjuntas”, iniciativas inviabilizadas na prática pela incapacidade dos governos de cada um dos países de prestar assistência financeira ou empreender investimentos em base a recursos públicos. Mas voltou-se a dar bastante ênfase, sobretudo sob impulso político do governo brasileiro, aos projetos de integração física continental, objeto principal do grande empreendimento iniciado pelo governo Lula de constituição da “Comunidade Sul-Americana de Nações”, ela mesma herdeira da iniciativa anterior do governo de FHC, conhecida como IIRSA (Iniciativa de Integração Regional Sul-Americana).

Assim, ao mesmo tempo em que todos os esforços de “relançamento comercial” do Mercosul foram sendo sucessivamente frustrados, cresceram as iniciativas políticas de integração física continental, em especial no setor energético, projeto ainda mais ampliado a partir do ingresso “político” da Venezuela no Mercosul, em dezembro de 2005. Com a diluição da “ameaça” da Alca – inclusive a partir de sua virtual paralisação na terceira cúpula hemisférica, em Mar del Plata, no final de 2005, por atuação conjunta da Argentina, do Brasil e da Venezuela –, os países sul-americanos tentam construir, com estratégias e objetivos muito diversos, uma nova agenda integracionista para a região, menos voltada para a liberalização comercial e mais orientada para a cooperação política e o estabelecimento de ligações físicas.

Eles acreditam que, assim fazendo, conseguirão atrair os investimentos externos necessários para viabilizar imensos projetos de infra-estrutura nos terrenos da energia, comunicações e transportes. Não é totalmente seguro de que o consigam, inclusive porque o atrativo principal, em termos de comércio, investimentos e financiamento, ainda continua sendo a economia dos EUA, único país que possui o mercado suscetível de absorver os produtos ainda pouco sofisticados da maior parte desses países. Não obstante a viabilidade de vários desses projetos, o principal fator limitativo parece continuar sendo a volatilidade política na região, dramatizada ao extremo na região andina nos últimos três ou quatro anos.

A despeito da dimensão relativamente modesta de sua economia, o Chile é o país que tem confirmado sua vocação para a estabilidade e o crescimento, com redução paulatina das desigualdades sociais – ainda

relativamente elevadas – e uma disposição continuada para a abertura comercial e sua incorporação plena nos circuitos da globalização. Num momento em que vários dos líderes da região ainda insistem em manter uma postura de recusa da interdependência global, preferindo fazer vibrantes discursos antiimperialistas em encontros do Fórum Social Mundial, o Chile confirma sua agenda liberal e desponta com um perfil de membro da OCDE, se tal fosse possível no horizonte previsível. Trata-se do único “tigre asiático” numa região que continua ainda a apresentar, com algumas exceções, os traços típicos da América Latina desde tempos recuados, feitos de pobreza, desigualdades sociais, instabilidade política e especialização em produtos primários. A América do Sul continua a mover-se lentamente no cenário internacional.

Brasília, 13 de fevereiro de 2006



Assine a Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI e adquira os livros publicados pelo IBRI

Na **Loja do IBRI** é possível adquirir os livros editados pelo Instituto, assinar a *Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI* e inscrever-se em eventos promovidos pela Instituição. Visite o novo site do IBRI em <http://www.ibri-rbpi.org.br> .

Implicações da militância islâmica iraniana para o Mundo Árabe

Sivia Feraboli*

Desde a sua revolução islâmica, em 1979, o Irã tem interferido fortemente nas dinâmicas do Sistema Árabe de Estados, não tanto pela força de seu poderio bélico, mas principalmente pela destreza com que o país dos aiatolás manipula o discurso da defesa do islã como arma contra o ocidente.

Militarmente, o Irã demonstrou, no imediato pós-1979 (Primeira Guerra do Golfo 1980-1988), que sua máquina de guerra era forte o bastante para conter o avanço do mais militarizado dos países árabes, o Iraque.

Reticamente, Revolução Iraniana colocou em xeque as credenciais islâmicas da Arábia Saudita e, por consequência, das demais monarquias do Golfo, ao expor os “ultrajantes” laços desses Estados com o Ocidente, particularmente com os Estados Unidos. O pilar antigo e indispensável da legitimidade das petromonarquias, a defesa do islã, começou a tremer frente ao discurso do novo regime revolucionário iraniano, que logo tornou público seu desejo de exportar a revolução islâmica pelos países vizinhos e, quiçá, para o resto do mundo. O nascimento do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), em 1981, deve ser entendido como uma resposta das petromonarquias à pressão do Irã, e o sucesso atingido por esse processo integrativo tem, cada vez mais, isolado esses países do restante do Mundo Árabe.

Passados mais de duas décadas desde que os aiatolás assumiram o poder no Irã, a força de seu discurso de independência dos povos islâmicos frente aos ditames do “Grande Satã” ainda repercute sobre o Sistema Árabe de Estados, mais precisamente no que se refere às tentativas norte-americanas de fazer brotar a democracia nas areias do deserto. Desde que Mahmoud Ahmadinejad assumiu a presidência do Irã

e iniciou seu discurso de confrontação contra Israel e contra o poderio estadunidense no Oriente Médio, Washington tem revisto sua política de espalhar a democracia pela região. Ou, como afirmou Daniel Pipes, conselheiro do governo Bush e um dos arquitetos da guerra contra o Iraque, “a América tem que desacelerar o processo democrático para evitar que governos islâmicos assumam o poder nos Estados árabes” (*Al-ahram Weekly*, edição de 24-30 de novembro de 2005). Dessa forma, algumas medidas que já estavam sendo arquitetadas pelos regimes árabes rumo a uma maior abertura política, fruto da pressão americana, vão gradualmente sendo abandonadas, pois o discurso de Pipes, nos termos do “eu, pessoalmente, prefiro os ditadores de hoje aos ditadores islâmicos do futuro” foi rapidamente aceito pelo governo Bush e internalizado pelas elites governantes árabes.

Em termos militares, o Irã também se apresenta, cada vez mais, como uma variável relevante nos cálculos políticos árabes. A firme disposição do governo de Ahmadinejad de impedir inspeções internacionais que sustentem a tese iraniana de que seu programa nuclear visa apenas fins pacíficos, como a produção de energia, poderá dar ao país tempo suficiente para desenvolver um artefato nuclear, o que alteraria drasticamente a correlação de forças a favor do Irã vis-à-vis o Mundo Árabe. Na verdade, já existe uma percepção na região de que o Irã está alcançando uma posição privilegiada no Oriente Médio exatamente devido à sua postura de confronto e seu discurso islâmico militante.

Pelo menos é o que ficou claro nas discussões da reunião anual de cúpula da Liga Árabe, realizada

* Mestre em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e Professora de Ciência Política da Faculdade Montserrat de Caxias do Sul (silviaferaboli@terra.com.br)

entre os dias 28 e 30 de março de 2006, em Cartum, na qual os Estados árabes aprovaram uma resolução conjunta reafirmando sua disposição em reabrir embaixadas no Iraque e em aumentar a presença árabe em solo iraquiano, para evitar o aumento já percebido da posição iraniana no Iraque. Como afirmou o ministro das relações exteriores do Iraque, Hoshyar Zebari, “Eles [os árabes] temem que o Iraque esteja se afastando dos árabes, se divorciando do Mundo Árabe e sendo cada vez mais influenciado por um outro país vizinho [Irã]”. (*The New York Times*, edição de 28 de março de 2005).

Esse temor não é infundado, na medida em que analistas na região já acusam a possibilidade de que os Estados Unidos estabeleçam algum tipo de acordo com o Irã que poderá enfraquecer ainda mais a posição árabe no Iraque. Em particular, eles mencionam algumas conversações que já estão previstas entre os governos americano e iraniano para discutir o futuro do Iraque, especialmente no que tange a questões envolvendo a população xiita iraquiana.

A Liga Árabe, através de seu chefe de staff, Hisham Yousef, tentou colocar um freio nas investidas iranianas, com possível aval americano, sobre o futuro político do Iraque: “Quem são eles para decidirem sobre o futuro de um terceiro país na ausência dos iraquianos, na ausência do Mundo Árabe, na ausência de todo mundo?”.

A problemática envolvida nessa situação é que o Iraque está usando a disposição iraniana em se tornar um contendor efetivo no jogo político da região para pressionar os Estados árabes a aumentarem seu apoio financeiro e diplomático ao novo governo iraquiano. “Por que vocês estão reclamando do papel do Irã no Iraque se os iranianos estão aqui e vocês não estão? Nós estamos há três anos pedindo que vocês assumam uma posição e vocês não respondem”, sentenciou Zebari. Essa “posição”, logicamente, significa apoio diplomático total e perdão de dívidas.

O forte discurso de Ahmadinejad contra Israel e a firme disposição do Irã em apoiar financeiramente o novo governo palestino coloca os países árabes que têm acordos de paz com Israel, como o Egito e a Jordânia, ou que têm se absterido de confrontar publicamente os israelenses, como as petromonarquias, em uma posição de fraqueza política contra o Irã diante da “rua” árabe-islâmica.

Os desdobramentos desta quadrangulação que vem se aprofundando no Oriente Médio, formada por Estados Unidos – Irã – Mundo Árabe – Israel, será um elemento a mais a ser considerado nas dinâmicas do Sistema Árabe de Estados, o qual já sofreu um duro golpe quando da invasão militar americana do Iraque e que agora, mais do que nunca, precisará decidir como lidar com as investidas políticas do Irã militante sobre o mundo árabe-islâmico.



Como publicar Artigos em Meridiano 47

O Boletim *Meridiano 47* resulta das contribuições de professores, pesquisadores, estudantes de pós-graduação e profissionais ligados à área, cuja produção intelectual se destine a refletir acerca de temas relevantes para a inserção internacional do Brasil. Os arquivos com artigos para o Boletim *Meridiano 47* devem conter até 90 linhas (ou 3 laudas) digitadas em Word 2000 (ou compatível), espaço 1,5, tipo 12, com extensão em torno de 5.500 caracteres. O artigo deve ser assinado, contendo o nome completo do autor, sua titulação e filiação institucional. Os arquivos devem ser enviados para meridiano47@gmail.com indicando na linha *Assunto* “Contribuição para Meridiano 47”.

O retorno ao equilíbrio do terror atômico

Virgílio Arraes*

Durante a Guerra Fria, boa parte do comedimento amero-soviético deveu-se à existência compartimentada entre ambos, de milhares de ogivas nucleares, alcunhando-se a convivência no período de equilíbrio de mútuo terror. Com a súbita capitulação da União Soviética, desembocada em extinção com significativa perda territorial, analistas puseram-se a coligir os motivos do repentino processo. Um deles apontava para a incapacidade do regime comunista de sustentar elevados gastos militares por longa extensão de tempo. Estima-se entre 10 a 20% do produto interno do país por ano.

Além do mais, havia uma guerra em curso, a do Afeganistão, por meio da qual, a par da manutenção de um Estado comunista, logo aliado, opunham-se os russos à emergência do fundamentalismo islâmico, arrimado, com entusiasmo, pelos Estados Unidos, por vislumbrar a seus opositores fadiga similar a sua malograda investida vietnamita na década anterior. Diferentemente do modelo norte-americano, os soviéticos não conseguiram converter tecnologia militar para uso civil, de forma que espraiasse os benefícios materiais advindos dos ganhos científicos para toda a sociedade.

Deste modo, a derrocada político-econômica na passagem dos anos 80 para os 90 adveio também da insuficiência de a União Soviética prover em termos de consumo os seus cidadãos em patamares próximos dos da Europa Ocidental, mesmo se comparados aos membros mais modestos como Portugal ou Grécia, por exemplo. A retórica da expansão do bem-estar vinculava-se, por conseguinte, à afirmação da democracia; ao lado dela, o auxílio do neoliberalismo por dispor, em tese, de mais eficiência, o que permitiria ampliar a circulação de recursos e, por extensão, atrair investimentos externos complementares. A crença em

uma interdependência capitalista, de cunho pacífico e próspero, seria propagada diuturnamente.

Quase duas décadas depois, o quadro contemporâneo difere bastante do otimismo alardeado, em face da desigualdade da distribuição da riqueza e da degradação ecológica. As democracias postas em substituição ao socialismo real não providenciam a equiparação do consumo em relação ao eixo norte-atlântico, conforme outrora insinuado na fase de transição do fim da bipolaridade. O antigo 3º Mundo torna-se fator de desestabilização, ao ser posto em segundo plano na incorporação das benesses capitalistas. Diante do desinteresse diplomático das principais potências, irresolutas na coordenação de alternativas executadas através de organismos internacionais, como o Banco Mundial, ou mesmo de projetos bilaterais, viabiliza-se a opção da manutenção sistêmica por meio da força.

Diante de tal cenário, o país vitorioso de três conflitos mundiais no século passado não teria, em um primeiro exame, dificuldade para aplacar a intemperança de Estados desajustados perante a nova ordem mundial. Contudo, a realidade mostrou-se, de modo surpreendente, adversa à maior potência global. Em quase cinco anos, duas guerras em andamento contra países periféricos, sem vislumbrar-se um prognóstico definitivo positivo no curto prazo. Ainda assim, aponta-se mais um como alvo possível do ânimo bélico estadunidense: o Irã.

Ao longo da década de 90, o projeto neoconservador reconhecia na superioridade militar norte-americana uma das principais razões para a vitória na Guerra Fria. Afinal, de acordo com Chalmers Johnson, são mais de 700 bases em 138 países – apenas a Coréia de Sul hospeda uma centena delas; deste modo, se o país almejasse manter-se à testa da

* Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília – iREL-UnB (arraes@unb.br).

supremacia mundial, deveria, portanto, manter a mesma política. Por extensão, tecnologias convencionais de destruição deveriam ser priorizadas, notadamente as relativas ao setor aeronáutico.

Destarte, as investidas contra terceiros seriam ligeiras, com poucas baixas nas tropas, e voltadas para alvos estratégicos. Isto seria executado com êxito na Iugoslávia, por exemplo, para forçar a rendição do governo. Ao Afeganistão e Iraque seriam endereçados expedientes similares. Entretanto, se houve a repetição do mesmo sucesso inicial, ou seja, a deposição dos governantes, a segunda fase, na qual se encaixariam no poder políticos formalmente apegados à democracia, mostra-se extremamente difícil, com os efetivos já desgastados perante escaramuças constantes de baixa intensidade.

Mutatis mutandis, a tecnologia, por si só, como já antevisto durante a Guerra do Vietnã, nos anos 1970, é incapaz de assegurar a vitória ou, ao menos, a ocupação. Mesmo assim, o governo norte-americano analisa a opção de valer-se de armas atômicas de menor poder destrutivo (mini-bombas equivalente a 1/3 do poder destrutivo da de Hiroxima), ainda que, à primeira vista, afirme que elas seriam tão-somente instrumentos de dissuasão. Em tese, poderiam ser empregadas para eliminar estoques de armas de destruição em massa ou usinas nucleares instaladas no subsolo, apesar do risco inerente de provocar nuvens radioativas.

Apesar de desrespeitar o teor do Tratado de Não Proliferação Nuclear (1970), a hipótese já é seriamente considerada dentro de diferentes setores do governo sob a justificativa de aperfeiçoar a eficiência das

medidas escolhidas contra regimes tirânicos, aspirantes pretensamente naturais à posse de armas químicas ou biológicas. Não se pode esquecer de que o Partido Republicano, por inspiração neoconservadora, enfatiza gastos bélicos como o fiador inquestionável do status de potência.

Deste modo, desde 1999, há uma série de medidas contraposta à limitação de artefatos nucleares – uma delas havia sido a denúncia em junho de 2002 do Tratado de Mísseis Anti-Balísticos, anunciada seis meses antes como reflexo da insegurança interna provocada pelo atentado terrorista de setembro de 2001. Sem a vigência do acordo, os Estados Unidos puderam retomar a pesquisa sobre a formação de um escudo antimíssil, com o conseqüente rebate, ao menos retórico, da Rússia, ao reiterar a excelência de suas armas de longo alcance, capazes de atravessar todo tipo de sistema defensivo. De toda forma, não há tecnologia disponível para destruir centenas de mísseis lançados simultaneamente.

No entanto, a afirmação de uma política armamentista, com tendência de nuclearizar a si mesma mais e mais traz como contrapartida a ressuscitação de aspirações também da Rússia, já desiludida com os resultados de uma democracia em estilo ocidental e apreensiva quanto ao crescimento econômico da China. Outrossim, a alternativa de curto prazo para a manutenção da influência da Rússia em áreas por ela consideradas como de sua influência pode ser o restauro de nova corrida armamentista. Contudo, a corrida poderá ser tripla, caso a China sustente por longo tempo o ritmo de seu desenvolvimento.



A evolução recente dos estudos e dos programas de pós-graduação em Relações Internacionais no Brasil

Antônio Carlos Lessa*

O debate intelectual e a produção científico-acadêmica realizados no Brasil sobre temas afetos às relações internacionais e à política exterior cresceram em importância e em qualidade nos últimos vinte anos. Esse processo traduz o adensamento do “pensamento brasileiro de relações internacionais”, particularmente perceptível ao longo dos anos noventa. Verificou-se tanto o crescimento do interesse dos meios iniciados (acadêmicos, militares, diplomatas etc) no debate especializado quanto a diversificação de centros dedicados à reflexão, à pesquisa e ao ensino no Brasil, e o crescimento do número de atores que produzem análises de todos os tipos, seja para amparar a tomada de decisão nos organismos dedicados à formulação e implementação da política externa, seja para influenciá-la. O fato é que é possível observar que o debate acerca dos temas internacionais ganhou novos foros, em que se incluem redes de organizações não-governamentais, federações de empresários dos mais diversos setores, centrais sindicais, mas especialmente, novas e diversificadas redes acadêmicas.

A partir dos anos noventa, a academia brasileira dedicada às relações internacionais cresceu quantitativa e qualitativamente e ganhou novas formas institucionais, levada pela necessidade de compreender as inflexões que vêm ocorrendo nas relações internacionais, especialmente pontuadas pelo fim da Guerra Fria e pelo advento da globalização.

Desse modo, o estudo das Relações Internacionais no país, em suas múltiplas vertentes metodológicas, além de focalizar as interações entre Estados nacionais, se voltou também para a análise de diversos fenômenos recentes e complexos. Assim,

passaram a ser objeto da atenção dos analistas das relações internacionais os temas relacionados com as dinâmicas da integração regional e a formação de blocos econômicos, a cultura, a cooperação e a segurança nos níveis regional e internacional e a estruturação de regimes internacionais em áreas como as do clima, do meio-ambiente, da proteção internacional dos direitos humanos e da política econômica, entre outros de uma agenda crescentemente complexa, que afeta diretamente países como o Brasil.

Esses movimentos expressam, em poucas palavras, o interesse pela relevância crescente do Brasil no cenário internacional, e especialmente, pelos desafios da sua inserção em um meio muito mais complexo e diversificado. Essa constatação, entretanto, não esconde o fato de que a grande área científico-acadêmico de Relações Internacionais seja no Brasil ainda injustificadamente pouco desenvolvida, especialmente se comparada ao crescimento experimentado em outros países latino-americanos, especialmente na Argentina e no México.

Um outro problema situa-se no fato de que no Brasil foi difícil definir os limites da área de Relações Internacionais, tendo em vista as diferenças metodológicas e conceituais que marcam a disciplina, e especialmente, a sua natureza *inter* e *multidisciplinar*.

A evolução da academia brasileira especializada em Relações Internacionais, nas suas diferentes vertentes metodológicas reflete bastante o modo como se organizaram os principais programas de pós-graduação e de pesquisa nas universidades brasileiras.

Pode-se afirmar que dois grandes pólos surgiram e se consolidaram como espaços científicos de alto

* Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília e coordenador de RelNet – Rede Brasileira de Relações Internacionais.

nível entre os anos setenta e os final dos anos oitenta – a Universidade de Brasília e a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Isso não significa, evidentemente, que a reflexão científica especializada não fosse ativa e de grande qualidade em outros centros, mas é certo que nesses não se criou um ambiente institucional adequado para a reprodução de experiências sustentadas de formação de quadros (em torno de programas de mestrado, doutorado e, eventualmente, de graduação especificamente em Relações Internacionais) e para a congregação de pesquisadores especializados em torno de programas de pesquisa sustentáveis.

A inflexão fundamental para a estruturação da área no Brasil se deu com a criação do programa de pós-graduação em História da Universidade de Brasília (1976), que desde os seus primórdios manteve um dinâmico programa de pesquisa e de formação de pesquisadores na área de Relações Internacionais. O surgimento dessa nova ambiência institucional marcou o progresso da historiografia das relações internacionais no país e, evidentemente, condicionou a sua agenda de pesquisa.

A criação do primeiro doutorado em História das Relações Internacionais, em 1994, consolidou a Universidade de Brasília como o mais dinâmico pólo brasileiro e um dos mais importantes na área de história das relações internacionais na América Latina. Esse fato indica, inclusive, a abertura de uma nova fase na historiografia brasileira de relações internacionais e de política exterior, uma vez que a consolidação da área no país se deu em torno de programas de ensino e pesquisa altamente vinculados com as principais redes acadêmicas e científicas especializadas em história das relações internacionais na América Latina, na Europa e nos Estados Unidos.

O programa de pós-graduação em Relações Internacionais da Universidade de Brasília foi o primeiro do Brasil na área de política internacional *stricto sensu*, tendo sido organizado em 1984. Esse programa foi criado com um mestrado que secundava os esforços de formação de quadros empreendidos em nível de pós-graduação na área de História da mesma instituição. Em 2000, entretanto, os dois

programas foram fundidos em um Instituto de Relações Internacionais, com a criação de um único mestrado e doutorado em Relações Internacionais, organizado em duas áreas de concentração (História das Relações Internacionais e Política Internacional e Comparada).

O segundo pólo de formação em nível de pós-graduação de expressão na área de Relações Internacionais no Brasil foi criado em 1984 na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, quando foi instituído o seu Instituto de Relações Internacionais, que pode ser caracterizado como de política internacional *stricto sensu*, uma vez que predomina em seus quadros profissionais com atuação marcadamente caracterizada pelos aparatos analíticos da politologia, em especial de inspiração anglo-saxônica.

Outras experiências foram lançadas nos anos noventa, como o da área de história das relações internacionais do programa de pós-graduação em história da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. A partir de 2001, novos programas de pós-graduação foram lançados com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, que por meio do programa San Thiago Dantas procurou fomentar a formação de quadros para o ensino e a pesquisa sobre Relações Internacionais no Brasil. Nesta última safra foram então organizados os programas de mestrado em Relações Internacionais que têm feições mais multidisciplinares, como o que surgiu da cooperação das três grandes universidades do estado de São Paulo (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, Universidade de Campinas – UNICAMP e Universidade Estadual Paulista – UNESP). O programa de mestrado em Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, por seu turno, tem como área de concentração os processos de integração regional, e entre os seus colaboradores estão especialistas em História das Relações Internacionais, Direito, Economia, Geografia e Ciência Política. Finalmente, o último dos programas de pós-graduação em Relações Internacionais que surgiram ao final dos anos noventa foi o da Universidade Federal Fluminense - UFF, que tem como

área de concentração *Economia e Política das Relações Internacionais*.

Como é possível concluir do acima exposto, a consolidação dos estudos em nível de pós-graduação na área de Relações Internacionais, que se iniciou nos anos setenta na Universidade de Brasília, vem se consolidando como um campo multidisciplinar mais recentemente, processo que pode ser percebido nas experiências institucionais que se estabeleceram a partir dos anos noventa. Com efeito, se vê que na maior parte dos programas acima relatados prevalece o entrosamento multidisciplinar, e a cooperação entre as áreas, não apenas a História e a Ciência Política, mas também a Economia, o Direito e a Geografia.

Procurou-se demonstrar neste breve relato que a reflexão brasileira sobre relações internacionais em geral ganhou em sofisticação do início dos anos

noventa aos nossos dias, e que se observa o nascimento de abordagens crescentemente multidisciplinares. É fato que esse processo ainda está circunscrito a poucas experiências, onde se percebe o diálogo intenso entre os diferentes paradigmas de análise das ciências sociais. Para isso, contribuiu tanto o redesenho institucional que se observou mais recentemente, que deu origem a novos e diversificados centros de pesquisa e de pós-graduação, quanto a evolução de experiências e de grupos mais antigos e já consolidados. Com efeito, viu-se que os anos noventa foram para essa área no Brasil uma fase de redesenho institucional, de expansão e de grande amadurecimento analítico, ao ponto em que é já possível vislumbrar uma escola consolidada, que produz os seus próprios modelos de análise e contribui para a evolução teórica e conceitual da disciplina.



Meridiano 47

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais



INSTITUTO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 1518-1219

Editor: Antônio Carlos Lessa

Editor-adjunto: Virgílio Arraes

Editor-assistente: Rogério de Souza Farias

Conselho Editorial:

Amado Luiz Cervo, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, Argemiro Procópio Filho,

Estevão R. Martins, Francisco Doratioto, José Flávio S. Saraiva, João Paulo Peixoto, Tânia Pechir Manzur.

Projeto Gráfico: Samuel Tabosa de Castro – samuel.tabosa@gmail.com

RESENHA

Idéias de Europa: que fronteiras?*

Thiago Gehre Galvão**

O processo de construção da União Européia vem sendo animado por forças endógenas, que partem dos Estados nacionais e das instituições supranacionais, e por forças exógenas, ligadas às modificações do cenário internacional pós-colapso da União Soviética. Neste caso, vislumbra-se uma maior participação do espaço europeu numa ordem internacional multipolar em contraposição às tendências unipolaristas norte-americanas da “utopia dos espaços abertos”, que concebe operações (econômicas, militares, ideológicas) em terrenos ilimitados. Como reflexo da importância diferenciada que vem adquirindo a União Européia na atual política de poder, percebe-se uma ampliação das preocupações dos estudiosos em compreender os mecanismos sociais, políticos, econômicos, ideológicos, geográficos, entre outros que, agrupados, movimentam a Europa unificada e ampliada neste início de novo milênio.

Portanto, o livro coordenado por Maria Manuela Tavares Ribeiro, fruto de um curso pluridisciplinar que teve lugar na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra entre 12 e 21 de fevereiro de 2004, é resultado de um esforço analítico variável sobre as oportunidades e desafios que se colocam aos países europeus em sua trajetória de união no desenrolar do século 21. Neste sentido, pode-se dividir a obra em quatro vertentes principais que direcionam os estudos empreendidos e apresentados na forma de 23 textos.

Primeiro, um conjunto de trabalhos que lidam com as correntes de integração (federalismo, subfederalismo, supranacionalidade e intergovernamentalidade).

Segundo, aqueles que apresentam a contraposição existente entre os projetos nacionais e o quadro de referência da União Européia, sobretudo daqueles países recém integrados e os que provavelmente serão incorporados. Terceiro, os que enfocam as “forças profundas” e os “vínculos espirituais” entre os países europeus: fala-se da ideologia, da educação, da cidadania, das questões sócio-culturais que corroboram para a constituição de uma comunidade de destinos. Quarto, a vertente de estudos sobre identidade e fronteiras, uma preocupação constante para a afirmação da própria União Européia como bloco unificado e coeso.

Na primeira vertente, destacam-se os textos de José Reis e de Paul Allières, que tratam das distâncias (físicas e imateriais) que dificultam o processo de integração bem como das proximidades (geográficas, econômicas, etc) que vêm dando consistência ao projeto europeu. Assim, geografia e institucionalidade se juntam para consolidar o processo de unificação da Europa.

Na segunda, contrapõem-se alguns projetos e visões nacionais ao projeto de integração europeu. Ioan Orga apresenta a perspectiva romena que, diante das possibilidades de relativização e redefinição das fronteiras nacionais, avalia o papel do país como fronteira leste da UE, em contato direto com a Moldavia. Da mesma forma, Stefan Bielanski discute o conceito de fronteira oriental da Europa, segundo a historiografia polaca, apontando as tendências históricas de se depreciar as regiões fronteiriças

* RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (coord). *Idéias de Europa: que fronteiras?* Coimbra: Quarteto Editora, Coleção Estudos sobre a Europa, 2004. 445 pp. ISBN 989-558-042-8.

** Mestre em História das Relações Internacionais e Coordenador do Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade Michelangelo (DF).

localizadas longe do centro europeu. Em complementação, Nicole Petri ressalta a importância da Polónia, não mais como um Estado tampão entre dois mundos (europeu e não europeu), mas como uma ponte entre a UE e países estrategicamente importantes como Ucrânia, Rússia e Bielorrússia. Além disso, são apresentadas outras visões como a alemã, com ênfase na reunificação, desde a distensão da chamada "ostpolitik" até os desafios enfrentados nos anos 1990; a perspectiva da Rússia pós-soviética, sobretudo o receio de que sua entrada na UE possa afetar o equilíbrio interno do bloco; o futuro de Portugal como potência periférica da Europa e o lugar da ilha de Açores nas relações transatlânticas e com a Europa.

A terceira vertente de estudos destaca aspectos que tendem a interferir nos cálculos estratégicos dos arquitetos do projeto europeu de integração. São forças profundas, como a imigração, a religião, a ideia renovada de cidadania europeia e a transformação da educação no bloco como um meio de construir uma verdadeira cultura europeia. Moura Ramos apresenta o quadro jurídico-político em que a noção de cidadania se insere, enquanto Procopis Papastratis faz uma discussão esmiuçada sobre as transformações engendradas pelos países europeus, mediante os acordos de Bolonha e Nice, no que toca à questão educacional.

A última vertente se preocupa em identificar como as forças que subsistem na epiderme das relações intra-europeias começam a irromper por meio de questões sócio-culturais, que têm impacto direto não apenas sobre a estrutura intra-europeia, mas também sobre a circunstância geográfica do Bloco. Passa-se em revista a relação entre espaço, identidades e fronteiras, prevendo-se uma alteração na relação entre estes elementos e sua capacidade de moldar o bloco europeu.

Para Mercedes Samaniego Borneu, a visão sobre o fim das fronteiras se ajusta à vocação pós-nacional

dos Estados que, no caso europeu, desafiam fronteiras históricas, políticas, culturais e não admitem aquelas que segregam minorias ou representam a indiferença entre o Norte e o Sul. Já Renaud de la Brosse discute a complementaridade ou oposição entre as escalas continental, nacional, regional e local em que se concebe a integração, enquanto Georges Contogeorgis apresenta a mescla que se forma do encontro entre os fatores cultural e político que, alimentados por um novo patriotismo, buscam consolidar a Europa como opção ao fim do bipolarismo, ao enfraquecimento da Rússia e ao antagonismo com os EUA na arena internacional do século 21.

Por fim, cabe destacar a contribuição de Estevão Rezende Martins que complementa as visões internas com um olhar latino-americano (e brasileiro) sobre o processo de conformação da União Europeia. Para Martins, o romantismo dos processos de integração regional, que se transformaram em topos incontornável dos discursos políticos, adquiriu um realismo pragmático no caso europeu, a partir da coesão econômica, política e diplomática, seguida da institucionalização e da consolidação de um *ethos* capaz de aglutinar os países membros conforme um projeto comum. Ele lembra que esse foi um processo árduo em que o ritmo dos países foi dessemelhante e divergente. Não obstante, parece ainda ser a União Europeia o modelo de integração a ser seguido por outras regiões, dentre elas a América Latina.

Assim, esta obra cumpre um papel fundamental ao atualizar as discussões acerca da realidade europeia que hoje está envolta em questões delicadas como as rejeições francesa e holandesa da Constituição Europeia, o posicionamento britânico em relação ao projeto de integração e os impactos da ampliação do bloco para o Leste. Percebe-se que o modelo estatocêntrico originário, concebido no quadro de fronteiras rígidas, vem cedendo lugar à "ideia de Europa", muito mais ampla em seus objetivos, complexa em seu conteúdo e fluida em seu formato.

